



# AVALIAÇÃO UNIFICADA

## CADERNO DE QUESTÕES

### INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h**
- Tempo mínimo para entrega da prova: 40 min.

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 8º PERÍODO - DATA: 23/09/24

## GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D

**O aprendizado é uma viagem sem fim.  
Aproveite cada passo no caminho.**

***Boa Prova!***

Disciplina: Direito das Coisas II  
Professor: Ronaldo Carvalho Silva Filho

### Questão 01

Otávio é proprietário e residente do apartamento 706, unidade imobiliária do condomínio edilício denominado União II, e é conhecido pelos vizinhos pelas festas realizadas durante a semana, que varam a madrugada.

Na última comemoração, Otávio e seus convivas fizeram uso de entorpecentes e, em trajes incompatíveis com as áreas comuns do prédio, ficaram na escada do edifício cantando até a intervenção do síndico, que acionou a polícia para conter o grupo, que voltou para o apartamento de Otávio.

No dia seguinte, o síndico convocou uma assembleia para avaliar as sanções a serem aplicadas ao condômino antissocial. Ficou decidido, pelo quórum de  $\frac{3}{4}$ , a aplicação de multa de cinco vezes o valor da contribuição mensal.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- A multa aplicada é indevida, pois apesar do comportamento de Otávio, ele é proprietário de unidade imobiliária autônoma, assim como os demais condôminos que deliberaram a multa em seu desfavor.
- O síndico poderia ter aplicado a multa de até cinco contribuições mensais, sem a convocação da assembleia.
- A aplicação da multa em face de Otávio é ilegal, pois a sanção deveria ser precedida por ação judicial para sua aplicação.
- O síndico aplicou corretamente a multa. Caso o comportamento antissocial de Otávio persista, a multa poderá ser majorada para até dez vezes o valor da contribuição mensal do condomínio.

### Questão 02

Diversas pessoas atentas às oportunidades de mercado localizaram um helicóptero HELI BITURBINA, fabricado pela EUROCOPTER/AIRBUS, Modelo: AS365 N3, ano de fabricação: 2011, 8 assentos à venda. Tendo-o adquirido, cada qual pagando por suas respectivas frações ideais. Neste sentido, pretendem os condôminos instituírem o regime de multipropriedade sob o bem, partilhando seu uso no tempo.

Diante a situação narrada pode-se afirmar que:

- Cada fração de tempo é indivisível, sendo de, no mínimo, sete dias, seguidos ou intercalados, e poderá ser fixo e determinado, no mesmo período de cada ano; flutuante, caso em que a determinação do período será realizada de forma periódica, mediante procedimento objetivo que respeite, em relação a todos os multiproprietários, o princípio da isonomia, devendo ser previamente divulgado; ou misto, combinando os sistemas fixo e flutuante.
- Todos os multiproprietários terão direito a uma mesma quantidade mínima de dias seguidos durante o ano, podendo haver a aquisição de frações maiores que a mínima, com o correspondente direito ao uso por períodos também maiores.
- O Código Civil não regula a multipropriedade no caso narrado.
- O bem objeto da multipropriedade é divisível, sujeitando-se a ação de divisão ou de extinção de condomínio.

### Questão 03

Mário recebeu dinheiro de Liliana a título de empréstimo e, como garantia de restituição, alienou-lhe fiduciariamente um trator.

De acordo com o Código Civil,

- Mário poderá, independentemente de anuência de Liliana, dar seu direito eventual à coisa em pagamento da dívida, antes ou após o vencimento desta.
- com a constituição da propriedade fiduciária, deu-se o desdobramento da posse, tornando-se Mário possuidor indireto da coisa.

- c) se a dívida não for paga no prazo, Liliana ficará obrigada a vender o trator a terceiros, e, se o produto não bastar para o pagamento da dívida e das despesas de cobrança, Mário continuará obrigado pelo restante.
- d) Mário poderá, no ato da constituição da garantia, autorizar Liliana a ficar com o trator, caso a dívida não seja paga no vencimento.

#### Questão 04

Mateus é proprietário de um terreno situado em área rural do estado de Minas Gerais. Por meio de escritura pública levada ao cartório do registro de imóveis, Mateus concede, pelo prazo de vinte anos, em favor de Francisco, direito real de superfície sobre o aludido terreno. A escritura prevê que Francisco deverá ali construir um edifício que servirá de escola para a população local. A escritura ainda prevê que, em contrapartida à concessão da superfície, Francisco deverá pagar a Mateus a quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). A escritura também prevê que, em caso de alienação do direito de superfície por Francisco, Mateus terá direito a receber quantia equivalente a 3% do valor da transação.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) é nula a concessão de direito de superfície por prazo determinado, haja vista só se admitir, no direito brasileiro, concessão perpétua.
- b) é nula a cláusula que prevê o pagamento de remuneração em contrapartida à concessão do direito de superfície, haja vista ser a concessão ato essencialmente gratuito.
- c) é nula a cláusula que estipula em favor de Mateus o pagamento de determinada quantia em caso de alienação do direito de superfície.
- d) é nula a cláusula que obriga Francisco a construir um edifício no terreno.

Disciplina: Responsabilidade Civil Professor: Ronaldo Carvalho Silva Filho
---

#### Questão 05

Sônia é proprietária de uma pousada. Marina, sua, vizinha, cria codornas. Segundo Sônia, o forte cheiro das codornas atrapalharia seu negócio. Por tal razão, com a intenção de afugentar as codornas, mas também imaginando que poderia entreter seus clientes, passou, com autorização do órgão ambiental, a criar corujas, as quais acabaram por dizimar as codornas. Sônia cometeu ato:

- a) ilícito, pois agiu com dolo direto de matar as codornas, podendo Marina, em razão de tal fato, postular indenização.
- b) lícito, pois não é obrigada a tolerar atividade danosa a seus negócios.
- c) lícito, pois a criação das corujas foi autorizada pelo órgão ambiental, podendo Marina, entretanto, em razão dos prejuízos que experimentou, postular indenização.
- d) ilícito, pois excedeu abusivamente os limites impostos pela boa-fé objetiva e pela finalidade social do negócio, podendo Marina, em razão de tal fato, postular indenização.

#### Questão 06

Márcia transitava pela via pública, tarde da noite, utilizando uma bicicleta que lhe fora emprestada por sua amiga Lúcia. Em certo momento, Márcia ouviu gritos oriundos de uma rua transversal e, ao se aproximar, verificou que um casal discutia violentamente. Ricardo, em estado de fúria e munido de uma faca, desferia uma série de ofensas à sua esposa Janaína e a ameaçava de agressão física.

De modo a impedir a violência iminente, Márcia colidiu com a bicicleta contra Ricardo, o que foi suficiente para derrubá-lo e impedir a agressão, sem que ninguém saísse gravemente ferido. A bicicleta, porém, sofreu uma avaria significativa, de tal modo que o reparo seria mais caro do que adquirir uma nova, de modelo semelhante.

De acordo com o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- A) Lúcia não poderá ser indenizada pelo dano material causado à bicicleta.
- B) Márcia poderá ser obrigada a indenizar Lúcia pelo dano material causado à bicicleta, mas não terá qualquer direito de regresso.
- C) Apenas Ricardo poderá ser obrigado a indenizar Lúcia pelo dano material causado à bicicleta.
- D) Márcia poderá ser obrigada a indenizar Lúcia pelo dano material causado à bicicleta e terá direito de regresso em face de Janaína.

### Questão 07

Daniel, morador do Condomínio Raio de Luz, após consultar a convenção do condomínio e constatar a permissão de animais de estimação, realizou um sonho antigo e adquiriu um cachorro da raça *Beagle*. Ocorre que o animal, muito travesso, precisou dos serviços de um adestrador, pois estava destruindo móveis e sapatos do dono. Assim, Daniel contratou Cleber, adestrador renomado, para um pacote de seis meses de sessões. Findo o período do treinamento, Daniel, satisfeito com o resultado, resolve levar o cachorro para se exercitar na área de lazer do condomínio e, encontrando-a vazia, solta a coleira e a guia para que o *Beagle* possa correr livremente. Minutos depois, a moradora Diana, com 80 (oitenta) anos de idade, chega à área de lazer com seu neto Theo. Ao perceber presença da octogenária, o cachorro pula em suas pernas, Diana perde o equilíbrio, cai e fratura o fêmur. Diana pretende ser indenizada pelos danos materiais e compensada pelos danos estéticos.

Com base no caso narrado, assinale a opção correta.

- A) Há responsabilidade civil valorada pelo critério subjetivo e solidária de Daniel e Cleber, aquele por culpa na vigilância do animal e este por imperícia no adestramento do *Beagle*, pelo fato de não evitarem que o cachorro avançasse em terceiros.
- B) Há responsabilidade civil valorada pelo critério objetivo e extracontratual de Daniel, havendo obrigação de indenizar e compensar os danos causados, haja vista a ausência de prova de alguma das causas legais excludentes do nexa causal, quais sejam, força maior ou culpa exclusiva da vítima.
- C) Não há responsabilidade civil de Daniel valorada pelo critério subjetivo, em razão da ocorrência de força maior, isto é, da chegada inesperada da moradora Diana, caracterizando a inevitabilidade do ocorrido, com rompimento do nexa de causalidade.
- D) Há responsabilidade valorada pelo critério subjetivo e contratual apenas de Daniel em relação aos danos sofridos por Diana; subjetiva, em razão da evidente culpa na custódia do animal; e contratual, por serem ambos moradores do Condomínio Raio de Luz.

Disciplina: Direito Processual Penal III

Professor: André de Paula Viana

### Questão 08

Sobre o tema sentença, no direito processual penal, analise as afirmativas a seguir.

- I. Sentença suicida é aquela cujo dispositivo contraria a fundamentação.
- II. Considera-se publicada a sentença, com a intimação pela imprensa, do defensor constituído, pela intimação pessoal do membro do Ministério Público e do réu.
- III. O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.

### Questão 09

Manuela foi denunciada pelo crime de lesão corporal de natureza grave, pois, de acordo com a acusação, teria o dolo direto de praticar ação visando ao resultado. A instrução probatória logrou comprovar que não houve dolo, Manuela, em verdade, agiu por imprudência. Assim, foi condenada pelo delito de lesão corporal culposa. Somente Manuela recorreu da sentença. Neste caso, assinale a afirmativa correta.

- a) A sentença aplicou a *emendatio libelli*, corrigindo a capitulação jurídica atribuída ao fato, não devendo prosperar o recurso de Manuela.
- b) Houve violação ao princípio da congruência, cabendo ao Tribunal anular a sentença para que se observe o procedimento da *mutatio libelli*.
- c) O Tribunal deve absolver Manuela, diante da nulidade da sentença por violação ao princípio da correlação entre a acusação e a sentença.
- d) A desclassificação para delito menos grave dispensa o procedimento de emenda da inicial, razão pela qual o recurso não deve prosperar.

### Questão 10

Das alternativas abaixo, assinale aquela que corresponda a um fundamento da sentença absolutória na esfera penal que produz coisa julgada também na esfera cível, impossibilitando assim a busca de uma indenização cível:

- a) Absolvição por não estar provada a existência do fato.
- b) Absolvição por insuficiência de provas
- c) Absolvição por não constituir infração penal o fato.
- d) Absolvição por considerar o juiz que o réu não concorreu para a infração penal.

Disciplina: Direito Individual do Trabalho Professor: Christiano Francisco da Silva Vitagliano
---

### Questão 11

Assinale a alternativa incorreta no que condiz ao Direito do Trabalho:

- a) A denominação Direito do Trabalho é também adotada na Itália.
- b) A Pessoa Jurídica faz parte do aspecto subjetivo do Direito Coletivo do Trabalho.
- c) O Direito Internacional do Trabalho não tem por estudo as Recomendações.
- d) O Direito Penal do Trabalho é estudado em Direito Penal.

### Questão 12

Assinale a alternativa correta quanto à presente afirmação:

Direito Protetor do Trabalho é o setor que compreende as regras relativas à proteção do ser humano que trabalha, nele estando incluídas as normas de medicina e segurança do trabalho, limitação da jornada de trabalho pois pertinente à saúde, bem como, fixação de intervalos obrigatórios durante a jornada de trabalho e fiscalização.

- a) Trata-se de Direito Tutelar do Trabalho.
- b) Trata-se de Direito Coletivo do Trabalho.
- c) Trata-se de Direito Penal do Trabalho.
- d) Trata-se de Direito Internacional do Trabalho.

### Questão 13

Assinale a alternativa incorreta:

- a) fontes materiais: representam o momento pré-jurídico, o conjunto de fatores econômicos, políticos, sociológicos e filosóficos que levam à positivação do Direito.
- b) No caso de rodízio de prestação de serviços de brasileiro contratado no Brasil para prestar serviço em vários países do exterior, prevalece o entendimento doutrinário de que será aplicada a legislação do país em que se situa a matriz da empresa a que está subordinado o empregado, e na falta desse parâmetro, lei do país onde está situada a sede da empresa.
- c) Sentença Normativa são fontes autônomas de Direito do Trabalho
- d) Portaria do Ministério do Trabalho é fonte heterônoma.

### Questão 14

No que condiz à posição enciclopédica do Direito do Trabalho assinale a alternativa correta:

- a) A justificativa para considerar como direito público é que as normas do Direito do Trabalho são eminentemente dispositivas.
- b) Há quem defenda que o Direito do Trabalho, poderia ser chamado de Direito Social.
- c) Trata-se de Direito Misto segundo a qual o interesse coletivo da sociedade prevalece sobre o privado, perfazendo-se o ordenamento trabalhista com a finalidade de se proteger o empregado socialmente mais fraco, predominando, portanto, o interesse social.
- d) A corrente majoritária é que o Direito do Trabalho se trata de Direito Público.

Disciplina: Mediação, Conciliação e Arbitragem Professor: Mário César Martins de Miranda
---

### Questão 15

Leia os itens seguintes:

I - autotutela (ou autodefesa), o indivíduo resolve o conflito por sua própria força, agindo por si só para obter uma posição de vantagem em relação à situação desejada.

II - A autocomposição pode ocorrer tanto no plano pré-processual quanto no plano processual ou judiciário, conciliando as partes. Devendo-se considerar a indisponibilidade do direito em questão.

III - A autocomposição ocorre pela possibilidade de que as partes resolvam, isoladamente ou em conjunto, uma saída para o conflito. A composição do conflito contará com a vontade de uma ou de ambas as partes, inexistindo participação de terceiro com poder decisório para definir o impasse.

IV - A renúncia é o ato unilateral em que o envolvido na relação jurídica abre mão do direito material a que pode (ou poderia) fazer jus. Tal fenômeno pode se manifestar tanto no plano material como no processual.

Das afirmações acima estão CORRETOS os itens apontados na alternativa:

- a) I, II, III, IV.
- b) II, IV.
- c) II, III, IV.
- d) I, III, IV.

### Questão 16

Com relação à mediação, é correto afirmar que:

- a) o mediador atua nas ações nas quais as partes não possuem vínculos, com o objetivo de restabelecer o diálogo e permitir que os interessados proponham soluções para o caso;
- b) é a técnica em que um terceiro imparcial, não escolhido pelas partes, decide a solução da controvérsia, impondo tal decisão para cumprimento dos interessados;
- c) é a técnica em que um terceiro parcial atua diretamente, sugerindo soluções, em ações nas quais as partes não possuem vínculos entre si;
- d) é uma técnica de negociação na qual um terceiro, indicado ou aceito pelas partes, ajuda a encontrar uma solução que atenda a ambos os lados do conflito.

### Questão 17

João e Maria, sócios de uma empresa, enfrentam um impasse sobre a divisão dos lucros. Eles decidiram que o conflito seria resolvido por meio de arbitragem, conforme o contrato social da empresa, que prevê essa cláusula. No entanto, após o início do processo arbitral, João questionou a validade da arbitragem, alegando que não pode ser obrigado a submeter-se a uma decisão que não seja do Poder Judiciário. Considerando o instituto da heterocomposição e a legislação vigente, assinale a alternativa correta:

- a) João tem razão, pois ninguém pode ser obrigado a submeter-se à arbitragem se não desejar, devendo o conflito ser resolvido pelo Poder Judiciário.
- b) João pode recusar a arbitragem apenas se conseguir provar que não foi informado adequadamente sobre a cláusula arbitral no momento da assinatura do contrato social.
- c) A arbitragem não pode ser imposta, sendo necessária a concordância expressa de ambas as partes no momento do surgimento do conflito para que o procedimento arbitral seja válido.
- d) João não pode recusar a arbitragem, pois ao assinar o contrato social que previa a cláusula arbitral, ele consentiu previamente em submeter-se à arbitragem para dirimir litígios relacionados a direitos patrimoniais disponíveis.

Disciplina: Étnico-Racial, Gênero e Direitos Humanos  
Professor: Luci Aparecida Souza Borges de Faria

### Questão 18



O Parecer CNE/CP n° 3/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Procura-se oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas. Propõe a divulgação e a produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos igualmente tenham seus direitos garantidos. BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: [www.semesp.org.br](http://www.semesp.org.br) Acesso em: 21 nov. 2013 (adaptado)

A orientação adotada por esse parecer fundamenta uma política pública e associa o princípio da inclusão social a

- a) práticas de valorização identitária.
- b) instrumentos de modernização jurídica.
- c) dispositivo de liberdade de expressão.
- d) estratégias de qualificação profissional.

### Questão 19

O Brasil é conhecido por ser um país multiétnico. São colocados como os principais elementos formadores da nação brasileira:

- a) Portugueses, os africanos e os imigrantes árabes, japoneses, italianos e alemães.
- b) Imigrantes italianos, africanos e os imigrantes árabes.
- c) Indígenas, imigrantes árabes e os imigrantes japoneses e italianos.
- d) Os nativos brasileiros – os indígenas, os europeus brancos e os africanos, povo que aqui foi escravizado.

**Disciplina: História do Direito**

**Professora: Juliana Maria Souza Murcia Soler**

### Questão 20

No tocante aos primórdios do direito, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apesar de mais complexas do que as leis escritas, as leis não escritas fundamentavam um escopo reduzido da vida cotidiana dos sujeitos, incluindo casamentos, propriedade, direito de herança e delitos.
- b) os métodos de punição eram diversos, indo, de um lado, de compensações materiais, até outro extremo, com punições extremamente leve, como a restrição de direitos. A punição não guardava uma relação objetiva tanto com as normas da comunidade como com o tipo de crime cometido.
- c) Nas sociedades anteriores à escrita, a transmissão de leis abrangia, sobretudo, o escopo intergeracional. Os protagonistas eram figuras religiosas e anciãos, que, para isso, realizavam cerimônias, contos e discussões, contendo lições morais. Esses agentes, além de transmitirem as leis, cumpriam funções de mediadores e/ou de juízes.
- d) Em muitas culturas, o direito de julgar (e/ou de mediar) conflitos estava ligado aos de menor status.

### Questão 21

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Código de Hamurabi, foi uma das primeiras e mais complexas legislações escritas da história. Esse arcabouço de leis é lastreado na tradição jurídica mesopotâmica, que se desenvolveu ao longo de séculos. O Código tinha função de consolidar o poder de Hamurabi, considerando o grande desafio de lidar com a diversificada demografia de seu império, e buscou criar um padrão de justiça capaz de ir além das fronteiras tribais e locais.
- b) a lei de talião, que relata o famoso dito “olho por olho, dente por dente”, refletindo uma noção de proporcionalidade e visando a gerar obstáculos para a prática de vinganças excessivas, e que a punição seja equivalente ao dano perpetrado é anterior a própria lei escrita, não tendo previsão no Código de Hamurabi.
- c) O Código de Hamurabi não traz leis que regulam, por exemplo, a prática da escravidão; o exercício do divórcio; o direito de herança; punições voltadas para fraudes em práticas comerciais; punições para crimes que atentam contra a vida.

d) o Código de Hamurabi define leis sobre penas, as quais não são diferenciadas de acordo com a classe social dos envolvidos; regras e normas acerca da aplicação de justiça em casos em que, especificamente, o crime é de agressão física e/ou de homicídio; e leis que descrevem punições a serem aplicadas para fraude, assaltos e roubos.

**Disciplina: Direito Previdenciário**  
**Professora: Leilane Camargos**

### Questão 22

Sebastiana trabalha em sua casa como costureira autônoma, fazendo roupas de alta costura. Recebe a média de R\$5.000,00 por mês. Sebastiana é que tipo de contribuinte do INSS?

- a) É contribuinte facultativa
- b) É contribuinte obrigatória na categoria de contribuinte individual
- c) É contribuinte obrigatória na categoria de empregada doméstica
- d) É contribuinte obrigatória na categoria de segurada especial

### Questão 23

Josefa é demitida do emprego em Agosto de 2021. Josefa tinha mais de 120 contribuições ininterruptas para a previdência social e não conseguiu mais emprego. Em 01 de Julho de 2024 Josefa é atropelada na rua. Nesse caso:

- a) Josefa não tem direito a nenhum benefício da Previdência Social, pois deixou de ser segurada em Agosto de 2021, quando deixou de contribuir.
- b) Josefa não tem direito a nenhum benefício da Previdência Social, pois teve um período de graça de 12 meses após o fim da contribuição. Sendo assim, deixou de ser segurada em Agosto de 2022
- c) Josefa tem direito a um benefício previdenciário. Ela teve o último recolhimento em agosto de 2021. Tem um período de graça de 12 meses por estar desempregada e mais 24 meses por ter mais de 120 contribuições ininterruptas, ou seja, ela tem 36 meses de período de graça.
- d) Josefa tem direito a um benefício previdenciário. Ela teve o último recolhimento em agosto de 2021. Após isso ela tem o período de mais 12 meses de graça. Depois de passar os 12 meses ela tem ainda o período de mais 24 meses por ter mais de 120 contribuições ininterruptas, e depois desse período ela ainda tem mais 12 meses por estar desempregada. Josefa tem um período de graça de 48 meses.

### Questão 24

Mariquinha e Marcos são irmãos gêmeos. Os dois tem 30 anos de idade e nunca contribuíram com o INSS. No dia 20 de Agosto de 2024 os dois irmãos foram contratados por uma indústria em sua cidade. No dia 23 de Setembro de 2024, Mariquinha, ao chegar na empresa, já no pátio, é atropelada por um carro tendo uma fratura exposta em sua perna que precisará de pelo menos 3 meses de licença médica. Marcos, no mesmo dia do acidente, também na empresa, sofreu um AVC e precisará ficar alguns meses afastado do trabalho. Nesse caso:

- a) Tanto Mariquinha quanto Marcos não precisarão cumprir carência, pois estavam trabalhando no momento em que ficaram impossibilitados para o trabalho.
- b) Mariquinha sofreu um acidente de trabalho e, portanto, não precisará cumprir a carência. Já Marcos teve uma doença não relacionada ao trabalho e não tem direito ao benefício previdenciário.
- c) Tanto Mariquinha quanto Marcos precisarão cumprir a carência para ter direito ao benefício previdenciário. Os dois precisariam de pelo menos 12 meses de contribuição.
- d) Nenhum dos dois precisarão cumprir a carência. Mariquinha teve um acidente de trabalho, já dentro da empresa. Marcos teve um Acidente Vascular Cerebral, ou seja, também é um acidente.